

“NOVA ECA”, CONCEBIDA “DE CIMA PARA BAIXO”, É UNANIMIDADE NEGATIVA

Rafael Nakamura
Jornalista

Daniel Garcia



Setor ocupado por departamentos da ECA (Audiovisual, CRP e Jornalismo) e prédio central

A discussão para a melhora e ampliação da atual estrutura da Escola de Comunicações e Artes é de longa data. A partir de 2010, com o Projeto Nova ECA, surge a proposta de uma nova sede. A primeira versão do projeto, apresentada pelos arquitetos responsáveis no início de 2012, não agradou — professores, funcionários e alunos protestaram e se articulam para que suas demandas sejam atendidas.

A tendência a maior centralização e controle dos espaços físicos na USP é uma forte característica da gestão Grandino Rodas, que, para reformar o Antigo Prédio da Reitoria, não hesitou em despejar diversos órgãos ali sediados há décadas

Sempre que comparada com outras faculdades de comunicações e artes no Brasil, a Escola de Comunicações e Artes da USP, apesar de referência na formação de comunicadores, artistas e pesquisadores, deixa a desejar quando se leva em conta sua estrutura. As salas de aula apertadas, os equipamentos antigos utilizados em atividades nas disciplinas laboratoriais e as precárias condições para atividades artísticas, sejam elas musicais, plásticas ou cênicas, acabaram por ser normalizadas com o passar dos anos. Como se a reconhecida qualidade de ensino bastasse, na ECA se tornou comum o orgulho de uma faculdade que ensina não com o au-

xílio, mas sim apesar de sua estrutura oferecida. Em 2008, ainda candidato ao cargo de diretor da ECA, o professor Mauro Wilton de Souza já falava sobre a possibilidade de uma nova sede para a escola.

A etapa inicial do projeto, em 2010, consistiu em colher as demandas de cada departamento. Apesar de a comunidade da ECA mostrar-se reticente quanto a mudar para um prédio único e totalmente novo, em cada departamento foram levantadas as necessidades específicas dos cursos. O professor José Coelho Sobrinho, chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), conta como foi essa etapa: “O diretor da escola pediu um estudo volumétrico para

cada departamento. Esses estudos foram encaminhados a uma comissão da própria escola que compatibilizou as necessidades apresentadas pelos vários departamentos buscando, principalmente, as áreas que poderiam ser de uso comum. A comissão fez um documento volumétrico único que foi discutido em uma reunião do CTA [Conselho Técnico Administrativo] para posterior envio aos arquitetos de uma comissão da Reitoria para que fosse contratada uma empresa com a finalidade de apresentar um projeto arquitetônico”.

Já essa primeira etapa não pode ser dita como totalmente cumprida, pois nem todos os professores foram ouvidos, sendo que a responsabili-

dade de fornecer informações ficou principalmente com os diretores de unidade. “Eu mesmo não fui consultado e, até onde eu sei, nenhum dos professores do núcleo de Jornalismo Eletrônico. As disciplinas dessa área precisam de espaços específicos para poderem ser ministradas, como estúdio para gravações de telejornalismo, ilhas de edição, almoxarifado para a guarda de câmeras, equipamento de luz e áudio, sala de projeção de filmes e vídeo e pelo que vi no projeto, nada disso foi contemplado”, diz José Roberto Ferreira Cintra, professor do CJE. Na opinião de José Luiz Proença, ex-chefe de departamento do CJE, as chances para se manifestar existiram. “Penso que os professores tiveram várias oportunidades de se manifestar e participar da elaboração do projeto. Desde as primeiras discussões, o assunto passou em muitas oportunidades pelo Conselho do Departamento, pelo CTA e pela Congregação. Só não se manifestou quem não pôde ou não quis. Pelo menos foi assim em nosso departamento em minha passagem pela chefia”, argumenta.

Ainda quanto às demandas iniciais que serviriam de base para o projeto, os estudantes também reclamam da pouca participação. Desde quando o projeto começou a ser posto em prática, os estudantes da ECA passaram a questionar seu andamento. “Se os próprios professores não têm tido participação relevante no projeto, o que dirá os alunos. Por vezes até fica a dúvida se o próprio diretor da ECA tem tido alguma participação na formulação do projeto. Reuniões entre arquitetos e professores foram feitas, mas

isso só depois de já terem entregado um pré-projeto dessa Nova ECA”, reclama Luiza Guerra, estudante de jornalismo e diretora do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (Calc).

Com todos os problemas já citados, as exigências de todos os envolvidos foram entregues à diretoria da ECA para a continuidade do projeto. Na etapa seguinte, coube a uma comissão responsável analisar e pensar possíveis espaços de uso comum para que as demandas fossem encaminhadas aos arquitetos da empresa contratada. Mas isso também ficou só no papel, já que a realidade descrita por João Luiz Musa, professor do Departamento de Artes Plásticas (CAP) integrante da comissão, é totalmente diferente. “Os professores que se queixam da pouca participação no projeto estão corretos, pois a comissão composta cumpriu apenas a tarefa de levantar, de maneira preliminar, as necessidades dos respectivos departamentos sem auxílio de um corpo de especialistas. A discussão comum de interações do espaço não foi realizada nem foi devidamente considerada a qualificação que nossos espaços exigem. Isso fez com que a base de informação fosse muito precária, não unificada em seus critérios e sem interlocução com as necessidades específicas. Foram geradas demandas imensas para alguns e deficiências intransponíveis para outros”, revela Musa. A comissão responsável era composta por um representante de cada departamento que tivesse aproximação com os problemas de espaço da escola, além de um representante do Calc.

“Parece claro que o projeto da Nova ECA foi concebido de cima para baixo, está sendo imposto e vai redundar num desastre sob todos os aspectos, caso não seja submetido àqueles que conhecem as necessidades de modernização dos espaços da ECA”, opina o professor José Roberto Cintra

Depois de passar pela comissão, o projeto ficou sob responsabilidade da Superintendência de Espaços Físicos da USP (SEF) e das empresas Calder Arquitetura e Onze Arquitetura. Nesse período poucos sabiam o que de fato estava sendo encaminhado, a única informação concreta era a de que a Nova ECA “avança”... Enquanto isso os estudantes tentavam marcar sua posição contrária ao projeto em assembleias e através de um plebiscito organizado pelo centro acadêmico. “Uma maioria esmagadora dos estudantes da ECA é contra esse projeto. Justamente porque tem sido feito às escuras, com poucos esclarecimentos e às pressas”, comenta Luiza Guerra.

Mas para a surpresa de todos, inclusive do diretor da ECA, professor Mauro Wilton de Souza, em janeiro de 2012 a Reitoria da USP divulgou, por meio do *USP Destaques 50*, uma maquete ele-

Daniel Garcia



Pracinha da ECA, sempre ameaçada; ao fundo, Antigo Prédio da Reitoria, em reforma

trônica do projeto Nova ECA e de seu futuro vizinho, o Centro de Difusão Internacional, ambos ocupando toda a área onde atualmente estão os chamados “barracões”, entre a FEA e a Politécnica. Essa foi também a forma com que o Núcleo de Consciência Negra (NCN) foi oficialmente notificado sobre a perda de sua sede, mas isso somente depois de uma tentativa de derrubada do espaço sem qualquer aviso prévio. “O Núcleo de Consciência Negra não recebeu qualquer notificação sobre a desocupação do espaço, porém, em 21 de dezembro de 2011, pleno período de recesso e com a universidade completamente esvaziada, houve uma tentativa de derrubar o barracão que só foi barrada graças a uma intensa campanha em defesa do Núcleo”, conta Maria José Menezes, colaboradora do NCN.

Em abril de 2012 a “Nova ECA” foi apresentada pelos di-

retores Mauro Wilton (ECA) e pelo superintendente Sérgio Assumpção (SEF), em reunião com os chefes de departamento, representantes do Calc e dos funcionários. O que se constatou é que muitas das demandas não foram atendidas: o prédio não apresentava espaços abertos de circulação e vivência, o espaço de quase todos os departamentos diminuiu e os laboratórios não atendiam as exigências. Mas Mauro Wilton explicou que se tratava apenas de um pré-projeto, passível de mudanças.

A partir de então os departamentos manifestaram seu descontentamento. “No dia 10 de maio, o Conselho do Departamento de Jornalismo reuniu-se e à vista do seu entendimento das plantas concluiu que ele não atendia as necessidades dos dois cursos (Jornalismo e Editoração). E aprovou, por unanimidade, que o Departamento encaminharia um ofício à

direção afirmando que o espaço destinado ao CJE era insuficiente e que desaprovava tal estudo arquitetônico”, conta José Coelho Sobrinho.

Através de texto elaborado em reunião, o CAP manifestou sua insatisfação frente ao processo da Nova ECA: “Embora aparentemente todos houvessem se comprometido a administrar o processo de forma a ouvir a totalidade dos interessados, percebemos que as decisões estão desconsiderando as necessidades técnicas objetivamente estabelecidas nos documentos que apresentamos”. Assim também fizeram outros departamentos, como o de Artes Cênicas (CAC): “Neste momento amadurecemos nossas impressões sobre o projeto ‘Nova ECA’. Ele é distante do nosso modo de agregar e operar na variância de um padrão criativo que se alimenta de epistemologias teatrais”. O CRP apresentou documento à diretoria da ECA no qual comunica a deliberação unânime do departamento: não aprovar o projeto.

Foram convocadas então reuniões entre arquitetos e representantes docentes e discentes de cada departamento que apresentaram suas queixas. No momento os departamentos aguardam o recebimento da nova proposta. Na reunião da Congregação de 26 de setembro, o diretor da ECA informou que estava prestes a receber uma nova versão do projeto, e que a reencaminharia aos professores assim que isso ocorresse. Até o fechamento desta edição, contudo, não havia notícia do novo projeto.



Fotos: Daniel Garcia



Unidade está espalhada pelo prédio central e outros sete prédios, que abrigam departamentos como Música e Audiovisual e o Teatro-laboratório pertencente às Artes Cênicas



Apesar da iniciativa de Mauro Wilton em viabilizar reuniões com os arquitetos, o principal problema continua sendo a forma como as decisões são tomadas. “A comissão constituída com membros dos departamentos não tem acesso às informações nem participa das de-

cisões relativas a esse espaço”, reclamam os professores do CAP no texto aprovado em reunião. Para José Cintra, o sucesso do projeto depende diretamente da consulta a toda a comunidade. “Parece claro que o projeto da Nova ECA foi concebido de cima para baixo, es-

tá sendo imposto de forma pouco democrática e redundará num desastre sob todos aspectos, caso não seja submetido àqueles que vivem o dia a dia da universidade e conhecem de fato as reais necessidades de modernização dos espaços da ECA”, opina o professor.